AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE MIRACEMA

APRESENTAÇÃO DA MINUTA DE PROJETO DE LEI

DATA: 27/08/2026 HORÁRIO: 19:00 horas/LOCAL: **ACIAM**

Ao vigésimo sétimo dia do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas e trinta minutos, no auditório da Associação Comercial e Industrial de Miracema (ACIAM), teve início a Audiência Pública Final do Plano de Mobilidade Urbana de Miracema do Tocantins (PlanMob Miracema), destinada à apresentação das propostas consolidadas e da Minuta de Lei do Plano de Mobilidade Urbana do Município. A audiência foi aberta pelo coordenador-geral do projeto, Prof. Dr. Humberto Xavier, que iniciou sua exposição apresentando o processo metodológico de elaboração das propostas, destacando que estas foram construídas a partir da sistematização dos resultados do Diagnóstico Técnico, da Leitura Comunitária e da definição da visão de futuro para a mobilidade urbana municipal. Na oportunidade, explicou como foram estabelecidos os objetivos específicos, formuladas as metas e definidas as estratégias necessárias ao seu alcance, bem como a organização das ações estratégicas, dos programas, das possíveis fontes de financiamento e dos prazos de implantação. Ressaltou que as propostas foram estruturadas considerando as características territoriais do Município, as necessidades identificadas durante o diagnóstico e a priorização de intervenções capazes de proporcionar melhorias nas condições de acessibilidade, segurança e eficiência dos deslocamentos urbanos. Na sequência, o coordenador apresentou os mapeamentos elaborados a partir da síntese do diagnóstico, utilizados para identificar as áreas prioritárias e os tipos de intervenção necessários nos diferentes eixos de atuação do Plano de Mobilidade Urbana. Foram demonstrados mapas temáticos relacionados às condições de circulação de pedestres, à infraestrutura de calçadas, à distribuição dos equipamentos públicos, à estruturação do sistema viário e à identificação dos principais corredores com potencial para implantação de infraestrutura cicloviária. Durante a exposição, relembrou as atividades participativas realizadas ao longo da elaboração do Plano, com destaque para as oficinas comunitárias de leitura e de propostas, especialmente a Oficina Participativa de Propostas, realizada em 10 de junho de 2026,

na qual as primeiras proposições técnicas foram debatidas com a população. Destacou que as manifestações e contribuições apresentadas nessas atividades foram analisadas pela equipe técnica e consideradas na consolidação das propostas que fundamentaram os dispositivos previstos na Minuta de Lei. Ainda durante sua apresentação, o Prof. Dr. Humberto Xavier abordou a metodologia de avaliação dos impactos das propostas sobre a acessibilidade urbana, explicando que foram utilizados indicadores capazes de mensurar a facilidade de acesso da população aos diferentes equipamentos e atividades urbanas, considerando aspectos como o tempo necessário para os deslocamentos, a quantidade de estabelecimentos acessíveis e o potencial de acesso aos destinos. Esclareceu que a avaliação contemplou equipamentos de saúde, educação, lazer, comércio, serviços e postos de trabalho, permitindo comparar as condições existentes com aquelas projetadas para o cenário de implantação das intervenções propostas. Ressaltou que essa análise possibilitou avaliar os ganhos e perdas de acessibilidade associados às alterações na infraestrutura e na organização do sistema de mobilidade, fornecendo subsídios técnicos para a definição das estratégias de intervenção. Dando continuidade à apresentação, a Prof.ª Dr.ª Lucimara Albieri iniciou a exposição dos objetivos, metas e indicadores propostos para o Plano de Mobilidade Urbana, esclarecendo que estes foram organizados de modo a estabelecer compromissos de curto, médio e longo prazo, acompanhados de instrumentos de monitoramento que permitirão avaliar o cumprimento das ações previstas. Inicialmente, destacou as propostas relacionadas à valorização do transporte a pé, especialmente no que se refere à implantação e qualificação da infraestrutura de calçadas, à promoção da acessibilidade universal e à melhoria das condições de segurança e conforto dos pedestres. Foram apresentadas as etapas previstas para implantação de novas calçadas, priorizando inicialmente as vias de ligação e os percursos estratégicos, posteriormente os setores periféricos e as áreas com maior concentração de população de baixa renda e, por fim,

as demais áreas urbanas. Também foram abordadas as propostas de qualificação das calçadas existentes, implantação de rampas de acessibilidade, pisos táteis e travessias acessíveis, com prioridade para os principais eixos comerciais e os entornos de equipamentos públicos de educação, saúde, lazer e da rodoviária. Ressaltou-se, ainda, a importância da arborização urbana e da institucionalização do planejamento e da gestão municipal das calçadas, de modo a assegurar a continuidade e a manutenção das melhorias propostas. Na sequência, foram apresentadas as propostas destinadas à valorização do transporte cicloviário, contemplando a estruturação de uma rede cicloviária municipal e a implantação de equipamentos de apoio ao uso da bicicleta. Foram demonstrados os mapas com os traçados propostos para a rede, organizados em três fases de implantação, considerando a conectividade entre bairros, equipamentos públicos, áreas comerciais e demais polos de atração de viagens. Também foram apresentados os locais indicados para implantação de paraciclos e as diretrizes técnicas para definição das soluções de infraestrutura cicloviária, ressaltando a importância de promover condições adequadas de segurança e conforto para estimular a utilização da bicicleta como meio de transporte cotidiano. Destacou-se que a implantação gradual das intervenções deverá observar as prioridades estabelecidas no Plano e a disponibilidade de recursos para sua execução. Dando sequência à exposição, o engenheiro civil Samuel Andrade iniciou a apresentação das propostas relacionadas ao transporte motorizado individual, abordando as medidas previstas para organização e gestão dos espaços de estacionamento, regulamentação e qualificação dos serviços de táxi e mototáxi e disciplinamento das atividades desenvolvidas pelas operadoras de tecnologia de transporte. Quanto aos estacionamentos, foram apresentadas propostas de ordenamento das vagas nas vias públicas, com atenção especial às áreas de maior concentração de atividades comerciais e aos espaços destinados a pessoas idosas e pessoas com deficiência. Em relação aos serviços de táxi e mototáxi, foram destacadas

as medidas de regulamentação, cadastramento dos operadores, adequação dos pontos de atendimento e melhoria das condições de infraestrutura e sinalização. Também foi abordada a necessidade de regulamentação municipal para atuação das operadoras de tecnologia de transporte, estabelecendo procedimentos de credenciamento e mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados. Sobre o sistema viário, o engenheiro apresentou o mapeamento da hierarquia viária proposta para o Município, esclarecendo a classificação das vias em ligação regional, arteriais, coletoras e locais, conforme suas funções na estrutura de circulação urbana. Foram apresentadas as diretrizes para adequação geométrica, pavimentação, recuperação e requalificação das vias estruturantes, bem como as propostas de melhoria das conexões viárias e implantação de sinalização horizontal, vertical e semafórica. Ressaltou-se a necessidade de compatibilizar as intervenções com as características funcionais de cada via, observando as condições de circulação dos diferentes modos de transporte e a segurança dos usuários. Também foram abordadas propostas de reorganização de sentidos de circulação, implantação de dispositivos de controle de tráfego e regulamentação de vagas de estacionamento e de carga e descarga, especialmente nos principais eixos comerciais do Município. Na continuidade, a arquiteta Erica apresentou as propostas relacionadas à segurança viária, destacando as intervenções previstas para os locais identificados no diagnóstico como críticos em relação à ocorrência de sinistros de trânsito. Foram abordadas medidas de adequação da sinalização, melhoria das condições de travessia, moderação de tráfego e redução de conflitos entre os diferentes usuários do sistema viário. Ressaltou-se a importância da articulação entre os setores municipais responsáveis pelo planejamento urbano, saúde e segurança pública, visando à integração dos registros de sinistros e à atualização periódica dos indicadores de segurança viária. Destacou-se que as ações propostas buscam reduzir progressivamente as ocorrências de mortes e lesões graves no trânsito, tendo como horizonte a promoção

de um sistema de mobilidade mais seguro para todos os usuários. Em seguida, foram apresentadas as propostas referentes ao transporte público coletivo, esclarecendo-se que a eventual implantação de um serviço municipal deverá ser precedida de estudos de viabilidade técnica e econômica, considerando a evolução da ocupação territorial, a expansão urbana e a demanda potencial por deslocamentos. Foi destacado que o Plano prevê o monitoramento anual do crescimento da cidade, de modo a identificar as condições que possam justificar a implantação futura do serviço. Também foi ressaltada a importância de incorporar, nos processos de aprovação de novos loteamentos, diretrizes de dimensionamento e conectividade das vias estruturantes, garantindo condições geométricas adequadas para a futura circulação de ônibus ou micro-ônibus. No que se refere à integração entre os diferentes modos de transporte, a arquiteta apresentou as propostas de requalificação das áreas de embarque e desembarque da balsa e das voadeiras, destacando a necessidade de melhorar as condições de acesso, circulação, segurança e conforto dos usuários. Foram abordadas intervenções voltadas à adequação da infraestrutura para pedestres e ciclistas, implantação de equipamentos de apoio, como bicicletários e paraciclos, e disponibilização de informações sobre as conexões entre os diferentes sistemas de transporte. Ressaltou-se que essas medidas buscam facilitar a integração modal e ampliar a eficiência dos deslocamentos urbanos, considerando a importância das conexões hidroviárias para a mobilidade municipal. Ainda no conjunto de propostas apresentadas, foram abordadas as ações destinadas à organização do transporte de cargas, contemplando a definição de rotas preferenciais para veículos de grande porte, implantação de sinalização específica e regulamentação das operações de carga e descarga nas áreas comerciais. Destacou-se a necessidade de reduzir os conflitos entre veículos de carga e os demais usuários do sistema viário, assegurando condições adequadas para o abastecimento dos estabelecimentos comerciais sem comprometer a segurança e a fluidez da circulação urbana. Em relação

aos Polos Geradores de Viagens (PGVs), foram apresentadas propostas voltadas à regulamentação dos empreendimentos e atividades capazes de produzir impactos significativos sobre o sistema de mobilidade urbana. Foram abordadas medidas para classificação desses empreendimentos, elaboração de procedimentos e instrumentos de análise técnica e exigência de Estudos de Impacto de Circulação nos processos de aprovação de projetos enquadrados nessa categoria. Destacou-se a importância de estabelecer critérios para definição de medidas mitigadoras dos impactos decorrentes da implantação e operação dos empreendimentos, incluindo a disponibilização de infraestrutura para modos ativos, a organização das áreas de estacionamento e carga e descarga e a redução da pressão do transporte motorizado individual sobre o espaço viário público. Também foi ressaltada a necessidade de capacitação da equipe técnica municipal para análise dos estudos apresentados e fiscalização das medidas estabelecidas. Na sequência, a Prof.ª Dr.ª Lucimara Albieri deu continuidade à apresentação, abordando as propostas relacionadas à estrutura institucional e à gestão da mobilidade urbana municipal. Destacou que a efetiva implementação do Plano de Mobilidade depende do fortalecimento da capacidade administrativa, técnica e operacional do Município, especialmente dos setores responsáveis pelo planejamento urbano, análise e aprovação de projetos, fiscalização de obras e acompanhamento das políticas públicas. Foram apresentadas propostas de estruturação dos procedimentos administrativos, capacitação dos servidores municipais, elaboração e aperfeiçoamento de instrumentos normativos e integração entre as atividades de planejamento, fiscalização e monitoramento. Também foi destacada a importância da utilização dos instrumentos de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Estudo de Impacto de Circulação (EIC), de modo a assegurar que novos empreendimentos observem as diretrizes estabelecidas para o desenvolvimento urbano e a mobilidade municipal. No mesmo eixo, foram abordadas as propostas referentes à municipalização do trânsito,

contemplando a organização administrativa necessária para a integração do Município ao Sistema Nacional de Trânsito, a estruturação das funções de engenharia, educação, fiscalização, operação e estatística, bem como a capacitação de profissionais e o estabelecimento de parcerias com órgãos estaduais e federais. Também foram apresentadas propostas de fortalecimento dos mecanismos de gestão participativa, com destaque para a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, instrumentos destinados a ampliar a participação social, o acompanhamento das políticas públicas e as possibilidades de financiamento das intervenções previstas. Ressaltou-se, ainda, a importância da realização periódica de reuniões, da divulgação das informações e da prestação de contas das ações executadas. Posteriormente, foram apresentados os resultados da avaliação dos ganhos e perdas de acessibilidade urbana associados à implantação das propostas. A análise contemplou 640 quadras urbanas e comparou os indicadores de acessibilidade dos cenários atual e proposto, considerando os deslocamentos realizados a pé, por bicicleta e por transporte motorizado. Foi demonstrado que as intervenções projetadas proporcionam ganhos expressivos de acessibilidade para pedestres e ciclistas, especialmente em razão da melhoria da infraestrutura destinada aos modos ativos. Por outro lado, foram identificadas reduções da acessibilidade potencial motorizada em determinadas áreas, associadas principalmente às medidas de moderação de tráfego e à reorganização dos sentidos de circulação. Foi esclarecido que esses resultados são compatíveis com a estratégia de redistribuição do espaço viário, buscando promover maior equilíbrio entre os diferentes modos de transporte e priorizar a segurança e a acessibilidade dos usuários mais vulneráveis. Dando continuidade, foram apresentadas as possíveis fontes de financiamento para implementação das ações estratégicas previstas no Plano de Mobilidade Urbana. Foram abordadas alternativas de captação de recursos junto aos governos federal e estadual, programas

de apoio à mobilidade urbana, transferências voluntárias, emendas parlamentares e demais mecanismos de financiamento aplicáveis às intervenções propostas. Ressaltou-se que a execução das ações deverá observar as prioridades e os prazos estabelecidos, sendo necessária a compatibilização das propostas com os instrumentos de planejamento e orçamento municipal, bem como a elaboração de projetos técnicos que permitam a obtenção de recursos e a execução gradual das melhorias previstas. Por fim, foi apresentada a Minuta de Lei destinada à instituição do Plano de Mobilidade Urbana de Miracema do Tocantins, esclarecendo-se que o documento consolida os objetivos, metas, indicadores e diretrizes estabelecidos nos relatórios técnicos RP05 – Objetivos e RP06 – Metas e Ações Estratégicas. Foi destacado que a Minuta constitui o instrumento normativo para formalização da política municipal de mobilidade urbana, devendo ser posteriormente submetida à apreciação da Câmara Municipal. Durante a exposição, foi esclarecido que determinadas intervenções de caráter operacional, como alterações específicas de sentido de circulação e definição das tipologias de infraestrutura cicloviária, permanecem detalhadas nos relatórios técnicos, uma vez que sua implementação poderá depender de estudos complementares e projetos executivos. Ressaltou-se que os relatórios integram o Plano de Mobilidade Urbana e constituem instrumentos de referência para a execução e o acompanhamento das disposições previstas na legislação proposta. Ao final da apresentação, foi informado que os documentos técnicos e demais materiais produzidos durante o processo de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Miracema do Tocantins estão disponíveis para consulta pública no endereço eletrônico www.planmobmiracema.iacuft.com.br, permitindo o acesso da população às informações, aos estudos e às propostas apresentadas. Os presentes não apresentaram propostas de alterações no texto disponibilizado. Ao término, o coordenador do projeto, questionou os presentes sobre a validação do documento para encaminhar à aprovação junto à Câmara Municipal. Por

unanimidade os presentes validaram o texto do projeto de lei para posterior aprovação. Sem mais contribuições, a audiência foi finalizada às vinte e uma horas e quarenta cinco minutos, a ata foi lavrada pelo arquiteto Renato Silva Reis e a lista de presença juntada em anexo.

Documento assinado digitalmente
gov.br
RENATO SILVA REIS
Data: 19/10/2026 13:33:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br